

Brasília, 19 de março de 2026

Seleção

Sumário

Metrópoles Online

Quarta-feira, 18 de março de 2026 | Direitos Autorais

Especialistas alertam para risco de excesso regulatório da IA no país 3

MSN Notícias

Quarta-feira, 18 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Brasil ainda enfrenta gargalo na inovação farmacêutica aplicada a produtos da saúd... 6

Terra - Notícias

Quarta-feira, 18 de março de 2026 | Direitos Autorais

BMG processa Anthropic por usar letras de Bruno Mars e Rolling Stones em treinam... 9

Quarta-feira, 18 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

IA: Temos uma supertempestade acontecendo, que desafia os negócios, diz a futur... 10

Folha.com

Quarta-feira, 18 de março de 2026 | Direitos Autorais

Brasil se torna o oitavo maior mercado de música global 14

Consultor Jurídico

Quinta-feira, 19 de março de 2026 | Propriedade Industrial

Decisões interferem na soberania em disputas sobre patentes 16

Especialistas alertam para risco de excesso regulatório da IA no país



IA avança no Brasil, mas impasses regulatórios ainda dificultam votação e definição de regras claras, segundo especialistas

O Brasil precisa construir um ambiente regulatório para a inteligência artificial que dê segurança jurídica sem inibir investimento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Esse foi um dos principais recados do terceiro e último encontro do ciclo Para Onde Vai a Regulação da IA?, promovido pelo Metrôpoles em parceria com a OpenAI, na terça-feira (17).

O debate reuniu o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), 2º vice-presidente da comissão especial responsável pela análise do Projeto de Lei nº 2.338/2023, que estabelece regras para o uso da inteligência artificial no Brasil; Dalila Machado, coordenadora de Inteligência Artificial do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e a advogada Christina Aires, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ao longo da conversa, predominou a avaliação de que o país tem potencial para se tornar protagonista em IA, mas para isso precisa de um ambiente regulatório mais previsível, compatível com o cenário internacional e capaz de diferenciar grandes empresas, startups, pequenos negócios e aplicações setoriais.

O deputado Reginaldo Lopes afirmou que o projeto de lei que trata da regulação da IA no Brasil é moderno e traz contribuições relevantes para o

setor, mas reconheceu que ainda há ajustes para viabilizar a votação na Câmara.

Na avaliação do deputado, a inteligência artificial abre oportunidades para a reindustrialização do Brasil, desde que venha acompanhada de políticas públicas consistentes. "Cerca de 95% das empresas utilizam algum tipo de IA, e os depoimentos mostram um aumento significativo de produtividade", disse. "O desafio está em transformar esse potencial em desenvolvimento econômico sustentável."

Segurança jurídica e definição de riscos

Para Christina Aires, um dos principais problemas do texto do PL 2338 é o risco de impor exigências amplas demais já na fase de desenvolvimento tecnológico. De acordo com a advogada, a legislação não pode criar barreiras que inibam pesquisa, investimento e aplicação prática antes mesmo de um produto chegar ao mercado.

"Precisamos ter segurança jurídica para investir, para desenvolver e para usar. Os pontos de maior preocupação da CNI são não regular o desenvolvimento científico tecnológico", afirmou.

Christina alerta que um dos pontos mais sensíveis está na classificação dos sistemas de alto risco, já que o texto ainda não delimita com clareza o que efetivamente deve entrar nessa categoria, o que abre espaço para insegurança jurídica e pode afetar setores produtivos que utilizam IA em processos internos, sem impacto direto sobre direitos fundamentais.

Como exemplo, ela citou aplicações industriais voltadas a ganho de produtividade, controle de qualidade e prevenção de falhas, que não deveriam receber o mesmo tratamento regulatório de sistemas usados em áreas sensíveis, como segurança pública ou decisões com impacto direto sobre cidadãos.

Outro ponto levantado por Christina foi a preocupação com um modelo de regulação baseado apenas em comando, controle e punição. Para ela, o Brasil deveria avançar para formatos mais flexíveis, com autorregulação regulada, padrões técnicos, certifi-

cações e atuação coordenada de autoridades setoriais.



Talk: O Brasil pode ser protagonista na inovação com IA?

"O modelo de comando e controle é ineficiente. A finalidade da lei precisa ser cumprida, e não apenas a multa aplicada", disse.

A especialista também defendeu que o país evite sobreposição entre órgãos e normas, para não reproduzir um ambiente burocrático que já vem sendo revisto em outros países.

Impacto nas pequenas empresas

Do ponto de vista dos pequenos negócios, Dalila Machado afirmou que a principal preocupação é evitar que as exigências de conformidade se tornem uma barreira de entrada para startups e empresas de menor porte. "Quando falamos de alto risco, não necessariamente essas empresas conseguirão atender a todos os requisitos", explicou.

Dalila também destacou a necessidade de diferenciar o uso da IA do seu desenvolvimento. Para ela, a regulação deve olhar com mais atenção para a etapa de treinamento dos modelos, com foco em transparência e uso de dados. "É preciso dar visibilidade ao que está acontecendo", afirmou.

Na avaliação da coordenadora do Sebrae, o país precisa ouvir mais atores para construir uma regulação funcional, incluindo startups de IA, pequenos negócios e setores da economia criativa. Ela alertou que diferentes segmentos são impactados de formas distintas e que uma regulação mal calibrada pode tanto dificultar o desenvolvimento de soluções quanto deixar sem resposta problemas concretos relacionados a viés, uso de dados e apropriação de conteúdo.

"Precisamos ouvir todos os atores envolvidos nesse ecossistema", concluiu.

Dalila ressaltou ainda que muitas pequenas empresas usam inteligência artificial para resolver problemas concretos com base em tecnologias desenvolvidas fora do país, o que exige uma regulação mais ajustada à realidade de quem está inovando na ponta. "Essa discussão não é sim ou não. São várias nuances", resumiu.

Startups e custo de desenvolvimento

O deputado Reginaldo Lopes afirmou que um país moderno precisa avançar em uma indústria sustentável, capaz de gerar riqueza e ampliar a renda da população. Segundo ele, o Brasil tem um diferencial importante nesse cenário: a capacidade de adaptação tecnológica.

"O brasileiro é muito criativo e já utiliza bem a inteligência artificial, inclusive pessoas com menor nível de escolaridade", destacou.

O deputado também reforça a preocupação com o impacto da regulação sobre micro e pequenas empresas, defendendo que o modelo adotado leve em conta as especificidades desse grupo para evitar barreiras ao desenvolvimento e à inovação.



Talk: Como criar uma IA brasileira?

Direitos autorais estão no centro do debate

Os direitos autorais, apontado como um dos principais entraves do PL 2.338, reúne, de um lado, a necessidade de proteger criadores e, de outro, a preocupação de não inviabilizar o desenvolvimento tecnológico.

Christina Aires afirmou que, na forma atual, o projeto não resolve esse impasse, porque o modelo em discussão não garantiria remuneração efetiva aos autores e, ao mesmo tempo, poderia criar obstáculos práticos ao desenvolvimento de soluções em IA.

A representante da CNI defendeu alternativas como mecanismos de opt-out, acordos para uso de bases

estruturadas e modelos de remuneração economicamente viáveis. Segundo ela, pequenas empresas e startups também precisam de regras compatíveis com sua realidade, com possibilidade de compensação futura, quando o negócio efetivamente começar a gerar receita.

Já Dalila Machado adotou uma posição mais cautelosa e chamou atenção para o impacto da inteligência artificial sobre a economia criativa, especialmente no caso de pequenos criadores, artesãos e designers, que nem sempre têm estrutura para negociar ou proteger seu conteúdo.

Para ela, a discussão sobre **direitos autorais** não pode ser tratada apenas sob a lógica da viabilidade econômica ou da eficiência regulatória. Também precisa considerar os efeitos concretos do treinamento de modelos sobre quem produz conteúdo e depende dele para trabalhar.

O encontro também abordou outros fatores considerados decisivos para o avanço do país na área, como infraestrutura, acesso a equipamentos, formação de talentos e letramento digital. Dalila destacou que a IA pode ampliar produtividade e inovação, mas também aprofundar exclusões, caso o país não combine tecnologia com capacitação e acesso.

Outro ponto levantado foi o papel das universidades no desenvolvimento científico. Christina ressaltou que parte relevante da pesquisa em IA ocorre em ambiente acadêmico, muitas vezes voltada à criação de novos sistemas e produtos sem aplicação imediata no mercado, o que exige uma abordagem regulatória específica para não limitar a inovação.

A discussão ocorre em meio ao avanço do PL 2.338/2023, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento, uso e governança da inteligência artificial no Brasil. O texto está em debate na Câmara dos Deputados e é visto por diferentes setores como decisivo para o ambiente de negócios e inovação no país.

Talk: ""

Assista o vídeo completo:

Confira os outros talks do ciclo "Para onde vai a regulação da IA?", promovido pelo Metrôpoles, em parceria com a OpenAI:

Brasil ainda enfrenta gargalo na inovação farmacêutica aplicada a produtos da saúde

Nas últimas duas décadas, a humanidade registrou avanços extraordinários na pesquisa científica sobre temas sensíveis como a genética e a biologia molecular. Em poucos anos, esses avanços resultaram na integração da ciência básica com a pesquisa translacional. Uma evolução que gerou produtos inovadores, que revolucionaram o processo de desenvolvimento de novos medicamentos, Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e vacinas. Doenças até então consideradas incuráveis passaram a ser tratáveis, através de novos processos e procedimentos clínicos e terapêuticos. As tecnologias de edição gênica aplicável à terapia celular e às plataformas de produção de vacinas baseadas em RNA mensageiro são exemplos de avanços que colocaram em evidência a aplicação da biotecnologia no desenvolvimento de biofármacos indispensáveis para o tratamento das doenças raras e crônicas.

Contudo, o sucesso no desenvolvimento de projetos voltados à criação de medicamentos inovadores, especialmente em áreas de maior complexidade clínica, representa uma atividade de alto risco. Que demanda investimentos substanciais e requer políticas públicas de longo prazo e recursos humanos altamente qualificados presentes em toda a cadeia de desenvolvimento. Esta cadeia engloba desde a pesquisa básica e pré-clínica até as etapas de pesquisa clínica e os processos regulatórios. Fragilidades estruturais do sistema brasileiro

Com tais particularidades e complexas exigências, pode-se assegurar que o ecossistema brasileiro está mal preparado para dar curso às diversas iniciativas de chamadas públicas financiadas pelas agências nacionais.

Soma-se a isso, as dificuldades para atrair e estimular empresas e grupos de pesquisa de instituições científicas. Grupos e instituições bem preparados para enfrentar o desafio de desenvolver medicamentos, IFAs e vacinas no Brasil.

Não sem razão, nossa sadia indústria farmacêutica tem dedicado pouca atenção e apoio à inovação radical nessa área.

A indústria prefere atuar no rico mercado de medicamentos genéricos que tem, até agora, garantido seu crescimento contínuo com baixos investimentos.

No entanto, para garantir o acesso da população a medicamentos e vacinas, o país tem aumentado de forma expressiva essa dependência do mercado internacional. A cada ano, são gastos mais expressivos para garantir medicamentos e vacinais essenciais à população.

Diante dessa tendência, cresce a preocupação sobre por quanto tempo o sistema conseguirá manter sua sustentabilidade financeira. E, especialmente, refletimos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Alertas

A qualificação de capital humano para atuar nos diversos níveis dessa temática é um desafio central. E esse capital tem sido negligenciado por falta de adequadas políticas públicas de longo prazo.

Nas universidades e demais instituições de pesquisa, ainda são raros os grupos qualificados dedicados a esse tema. Mesmo entre os existentes, observa-se de forma frequente a falta de competências integradas para atuar ao longo de toda a extensa e complexa cadeia de inovação, especialmente quanto às exigências regulatórias.

Essa lacuna é particularmente relevante porque o desenvolvimento de medicamentos IFA e vacinas exige capacidades que vão desde pesquisa básica de alto nível, passando pela pesquisa translacional e pelas etapas de desenvolvimento tecnológico. E não devemos nos esquecer das etapas pré-clínicas e clínicas e o domínio dos intrincados processos regulatórios, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Neste sentido, o treinamento de pessoal especializado com pós-doutorado para atuar na área impõe ao país a necessidade emergente de iniciativa para preparar adequadamente esse ecossistema de P&D.;

Deveríamos nos espelhar em outros países, que conseguiram superar todos os desafios existentes na

longa cadeia de procedimentos. Além disso, deveríamos nos preocupar em resguardar a soberania numa área tão importante como a produção de medicamentos, IFAs e vacinas.

Tal autonomia é relevante em momentos de profundas disputas por avanços tecnológicos quanto por transformações geopolíticas.

No caso do Brasil, a situação é mais crítica em função da grande dependência de importação desses produtos acabados e de seus insumos. Esse mecanismo resulta em permanente risco à nossa soberania.

Para o devido contorno da nossa dependência externa na área, consideramos que a base vital da inovação em saúde depende da formação de cientistas e profissionais qualificados.

É reconhecido que a existência de tais recursos humanos diferenciados constitui o motor para o avanço da **inovação tecnológica** em saúde.

Para nós, quase todo o ecossistema dessa área, incluindo instituições científicas, empresas, agências de fomento e a própria Anvisa estão mal preparados para levar avante um robusto programa de desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos inovadores no Brasil. E o Ministério da Saúde já sinaliza em acordo com essa visão.

Neste sentido, tal panorama impõe ao país a necessidade urgente de investir na formação de pessoal de alto nível para permitir o avanço que o país tanto necessita na inovação em saúde. Recomendações

Sugerimos um esforço estruturado para induzir essa iniciativa a ser implementada por meio de uma parceria entre Capes, CNPq, **Finep**, Embrapii, ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Anvisa e **INPI**. E mais, incluir nesse consórcio a participação do setor empresarial e de outros atores relevantes do ecossistema de inovação.

Em face disso, propomos a criação de um programa nacional destinado à formação avançada, de caráter plurianual.

Este programa deverá ser voltado ao desenvolvimento de competências estratégicas ao longo de toda a cadeia de inovação farmacêutica com algumas características na formação especializada.

O programa deve ter como foco financiar estágios de pós-doutorado orientado à inovação com

duração de um a dois anos, inspirados em experiências de programas-piloto já implementados com sucesso pela Capes.

Além disso, deve priorizar a formação prática em ambientes de **inovação tecnológica** e desenvolvimento de medicamentos, vacinas e IFA, incluindo as empresas farmacêuticas. O caráter plurianual visa alcançar um número significativo de bolsistas em poucos anos.

Sugere-se também novos critérios de seleção de talentos. A escolha dos candidatos deverá considerar, além da excelência acadêmica, atributo essencial para a **inovação tecnológica**, a disposição e capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares.

Ainda por cima, deverá ter respeito às estruturas organizacionais, resiliência para enfrentar projetos complexos e de longa duração e disposição para atuar em contextos de elevado risco científico e tecnológico.

Vale lembrar que as taxas de sucesso são naturalmente mais baixas do que as encontradas em outros setores de inovação. Nesse contexto, o potencial de inovação de alta complexidade deverá ter peso igual ou superior à qualificação científica do candidato.

Entre as áreas prioritárias estariam a química medicinal e o escalonamento de síntese de moléculas para produção de IFAs em conformidade com as boas práticas de fabricação.

Ademais, é importante formar pessoal capacitado para o desenvolvimento de tecnologias farmacêuticas e novas formulações e estudos pré-clínicos de eficácia e segurança.

Outro foco fundamental é o treinamento na pesquisa translacional avançada voltada à identificação de novos alvos terapêuticos e ao uso de tecnologias ômicas aplicadas a terapias inovadoras.

A formação deve também priorizar temas relevantes na condução de estudos clínicos nas fases I, II e III - com maior ênfase em ensaios de fase I em voluntários saudáveis.

Outro campo essencial é o da Inteligência Artificial aplicada à descoberta de alvos terapêuticos e ao desenvolvimento de medicamentos. E por fim, mas não menos importante, a formação em aspectos regulatórios relacionados a produtos resultantes de inovação radical.

Um aspecto para nós essencial é o investimento para que grande parte do treinamento ocorra em instituições, empresas e centros de pesquisa de países com forte capacidade em inovação farmacêutica, como Estados Unidos, países da Europa, China, Índia e Coreia do Sul.

Um outro aspecto estratégico é proporcionar experiências em agências regulatórias de referência internacional, como a Food and Drug Administration (FDA), a European Medicines Agency (EMA) e a National Medical Products Administration (NMPA) da China.

Por fim, é fundamental criar mecanismos que favoreçam a absorção dos pesquisadores formados pelo programa ao retornarem ao Brasil.

Entre os potenciais destinos profissionais devem ser as indústrias farmacêuticas, agências de fomento e regulatórias como Anvisa e **INPI**, universidades, institutos de pesquisa, além de outros componentes do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Uma iniciativa dessa natureza poderá contribuir para formar uma nova geração de especialistas capazes de atuar e enfrentar os desafios em todas as etapas do desenvolvimento de medicamentos ino-

vadores, vacinas e IFAs. E assim, fortalecer ao mesmo tempo a capacidade científica, tecnológica e regulatória do país.

Jorge Almeida Guimarães é membro da Academia Brasileira de Ciências, do Conselho de Administração do CNPEM e do Conselho Superior da CAPES.

João Batista Calixto Recebe financiamento para pesquisa e inovação das principais agências de fomento a pesquisa nacional e estadual como : CNPq, **FINEP**, FAPESC, MS e MCTI para pesquisa e Inovação e presta serviços e consultorias por meio do Centro de inovação e Ensaios Pre-clínicos para as indústrias.

BMG processa Anthropic por usar letras de Bruno Mars e Rolling Stones em treinamento de IA

A empresa de música BMG Rights Management processou a startup de inteligência artificial Anthropic nos Estados Unidos por supostamente usar suas letras de músicas protegidas por **direitos autorais** para treinar grandes â modelos de linguagem usados pelo chatbot Claude.

A BMG afirma no processo que a Anthropic copiou e reproduziu letras de sucesso dos Rolling Stones, Bruno Mars, Ariana Grande e outros músicos â proeminentes do rock e do pop, infringindo centenas de **direitos autorais**.

O processo é o mais recente entre dezenas de casos movidos por autores, agências de notícias e outros proprietários de **direitos autorais** contra empresas de tecnologia por â usarem seu â trabalho no treinamento de modelos de linguagem grande que â estão por trás de seus chatbots. A rival da BMG, Universal Music Group, e outras gravadoras abriram pro-

cesso relacionado contra a Anthropic em 2023, que â ainda está em andamento.

A Anthropic encerrou no ano passado um processo sobre treinamento de IA aberto por um grupo de autores propondo pagar US\$1,5 bilhão.

Porta-vozes das empresas não comentaram o assunto.

As empresas de IA argumentam que fazem â uso justo de material protegido por **direitos autorais**, transformando-o em algo novo.

A BMG, de propriedade do grupo de mídia alemão Bertelsmann, citou 493 exemplos de **direitos autorais** que a Anthropic supostamente infringiu. As indenizações por violação de **direitos autorais** de acordo com a legislação dos EUA podem variar de centenas de dólares até US\$150.000 por trabalho se o tribunal considerar que a violação foi intencional.

IA: Temos uma supertempestade acontecendo, que desafia os negócios, diz a futurista Amy Webb



Em entrevista ao 'Estadão' no SXSW, em Austin, a americana diz que, em paralelo à transformação acelerada pela tecnologia, o mundo está em um processo de reordenação que exige ideias novas

AUSTIN (TEXAS, EUA) - Neste ano, a futurista Amy Webb decretou o fim de seus famosos Tech Trend Reports lançados anualmente desde 2014 durante o festival South by Southwest (SXSW). No palco, simulou inclusive um velório, com direito a música fúnebre e vídeo com forte apelo emocional. "Estamos aqui reunidos para lembrar e celebrar a vida do trend report", afirmou para um público de aproximadamente 1,5 mil pessoas.

Criando um clima de suspense, rasgou um de seus trend reports, invocando o termo destruição criativa para enfatizar o processo pelo qual novas tecnologias substituem as antigas, reestruturando empresas, modelos de negócios, e a economia.

"A maior ameaça para qualquer organização não é a disrupção vinda de fora, mas a recusa de destruir o que existe internamente." Nesse movimento, Amy Webb resolveu acabar com seus famosos relatórios de tendências, ou na realidade rebatizá-lo de Convergence Outlook, enfatizando que estamos entrando em uma nova fase da revolução tecnológica onde líderes precisam saber o momento certo de destruir seus impérios, para construí-los novamente.

Amy Webb concedeu uma entrevista exclusiva para o na Casa São Paulo, durante o famoso festival de inovação em Austin, nos Estados Unidos, onde delineia como o Brasil pode aproveitar as oportunidades nesta nova era de convergência. A seguir, os

principais trechos da entrevista:

Este ano, a sra. lançou no SXSW um novo report (ou relatório) afirmando que estamos vivendo em uma nova era de convergência, o que lembra o livro 'Cultura da Convergência', publicado por Henry Jenkins em 2006, que explorava como os meios de comunicação estavam convergindo na era digital. Quais as novidades dessa nova era da convergência?

Não estou familiarizada com este livro; no entanto, sempre existem tendências e incertezas. A diferença agora é que diferentes tecnologias estão maturando ao mesmo tempo. Isso já aconteceu antes, durante a revolução industrial, ou logo após a Segunda Guerra Mundial, quando catalisadores externos fizeram com que várias coisas maturassem ao mesmo tempo, gerando muita incerteza. Essas condições produzem grandes tempestades, essas convergências. Sempre há convergências acontecendo, mas não como a de agora, onde temos uma supertempestade acontecendo de uma só vez. E isso cria condições muito desafiadoras para os negócios, para o governo. Também produz novas culturas, e mudanças na forma como as pessoas se relacionam. Atualmente, estamos vivemos um momento de enormes mudanças.



Está chegando a hora de começar a separar os documentos para o Imposto de Renda de 2026 Foto: Agência Brasil

No relatório que acaba de lançar no SXSW, a sra. menciona que a era da convergência não é definida por tendências isoladas, e sim pela colisão de tecnologias, fluxos de capital, geopolítica, pressões climáticas e mudanças comportamentais em escala. Que papel o Brasil pode desempenhar nesta nova

Continuação: IA: Temos uma supertempestade acontecendo, que desafia os negócios, diz a futurista Amy Webb

era de convergência?

Tenho uma profunda afinidade com o Brasil. E sempre acho que o Brasil tem diversas oportunidades a explorar nos principais setores econômicos, desde a agricultura, a mineração, até os serviços financeiros. A agricultura é uma das maiores oportunidades para a inteligência artificial. Qual é a única coisa que todas as pessoas no planeta precisam? De comida. Todo mundo precisa comer. E onde está a maior volatilidade? No clima. Porém, os jovens não estão mais tão interessados em trabalhar com agricultura, se compararmos com outras áreas. Portanto, mais uma vez, esta é uma oportunidade perfeita para inovação e criatividade. Há muitas oportunidades, mas existem alguns problemas estruturais no Brasil que atrapalham. E parte disso é a necessidade de sangue novo na política. O Brasil precisa de pessoas mais jovens, com novas ideias e perspectivas, dispostas a se envolver e a concorrer a diferentes cargos.

O Brasil ocupa a segunda posição no uso de biotecnologia na agricultura. Como a sra. prevê a evolução do uso de biotecnologia na agricultura?

Há muitas pesquisas focadas em tornar as colheitas mais resilientes, e isso envolve edição genética. Aqui no SXSW, falei sobre edição de genoma em humanos. Você pode fazer a mesma coisa em vegetais, trigo, e até em animais. Embora algumas pessoas fiquem muito preocupadas com esse tipo de manipulação genética, ela não produz resultados terríveis. O Brasil já começou a fazer investimentos em **biotecnologia**. Por exemplo, o Brasil poderia manipular seus grãos de café, para adaptá-los a germinar em outros lugares, outros tipos de solo e clima. Acho que há várias oportunidades, e se o Brasil desenvolvesse esse tipo de **propriedade intelectual**, poderia licenciá-la e criar uma indústria inteiramente nova, que poderia ser vendida a outras empresas e países, gerando novas fontes de receita.

Como o debate em torno da regulamentação e governança da inteligência artificial vai evoluir nos próximos anos? Haveria espaço para equilibrar as assimetrias econômicas e políticas entre os países? Ou as grandes empresas tecnológicas se tornarão ainda mais poderosas?

Depende. Quando, nos Estados Unidos, as pessoas falam sobre os líderes soberanos da IA, elas se referem a Sam Altman (da OpenAI) e Dario Amodei (da Anthropic), que são os CEOs dessas

empresas. Mas mesmo estes líderes estão sujeitos a outros soberanos, que nesse caso são os reguladores europeus. A Europa está bastante avançada em

termos de regulação e governança da IA. E o Chile foi o primeiro país a regulamentar as interfaces cérebro-computador. Nos Estados Unidos, não temos uma política nacional de regulamentação da IA, e cada Estado estabelece sua própria regulamentação. A Califórnia é extremamente cautelosa. O Texas, nem tanto. Não vejo nenhuma mudança nisso. Pois esse tipo de regulamentação coloca a receita dessas empresas potencialmente em perigo. E acho que haveria uma relutância em fazer isso nos Estados Unidos. Então, não vejo isso mudar no futuro.

A sra. mencionou que o Brasil precisa de líderes políticos mais jovens. Você acha que a governança da IA seria um dos temas na pauta destas lideranças políticas?



Influenciador confirma à PF que recebeu proposta para fazer publicações em defesa de Vercaro Foto: Banco Master/Divulgação / Estadão

Não. Eu acho que o foco são os relacionamentos. Quantos anos tem o Lula? Ele está na casa dos 80, certo? Lula é inteligente. Tenho certeza de que ele tem uma compreensão geral da IA, mas não consigo imaginá-lo sentado em uma sala com os jovens do Vale do Silício, conversando. O que eu adoraria ver são brasileiros mais jovens, e americanos, também, já que temos o mesmo problema. Eu adoraria ver pessoas mais jovens, capazes de ter uma visão a longo prazo, interessadas em questões cívicas e governamentais, dispostas a ingressar no serviço público. Mas isso é difícil, porque nessas carreiras, você não ganha tanto dinheiro, e há muito escrutínio sobre você. As pessoas vão observar tudo o que você está fazendo. Neste momento, temos líderes mundiais que não entendem realmente nada sobre esse tipo de tecnologia. Eles têm assessores políticos que os informam, mas eles não entendem realmente. E, sob o ponto de vista deles, eles são as pessoas mais importantes do mundo. Trump é a pessoa mais importante sob o seu ponto de vista,

potencialmente o Lula como presidente do Brasil também é a pessoa mais importante para ele. Mas para os líderes das big techs, eles são os mais importantes. Então, o maior desafio é criar relacionamento, fomentar a conversa. E, nesse contexto, eu acredito que um novo grupo de lideranças políticas jovens, que simplesmente não tenham a bagagem de todos esses anos de mandato, pode trazer uma conversa nova, o que seria ótimo.

Voltando ao relatório sobre a nova era da convergência lançado no SXSW: a sra. também menciona que a geopolítica econômica será liderada pela infraestrutura, onde chips, computação, energia e minerais de terras raras são ativos estratégicos. O Brasil é líder global em energia renovável, com quase 90% da sua eletricidade gerada a partir de fontes renováveis como hídrica, eólica e solar. Possui também a segunda maior reserva de terras raras, com uma reserva estimada em cerca de 21 milhões de toneladas. Há um mês, o Brasil e a Índia assinaram um memorando histórico para cooperar em minerais críticos e terras raras, visando aumentar a resiliência da cadeia de abastecimento e diversificar o domínio chinês. Como a sra. avalia esta parceria entre Brasil e Índia?

Ótima pergunta. O mundo está num processo de reordenação. A Índia tem atualmente a maior população mundial, um PIB sustentável e um mix diversificado de produtos. E o Brasil tem recursos, pessoas muito inteligentes, uma comunidade empresarial forte e uma boa localização geográfica para o comércio. Esta parceria poderá representar um desafio significativo para a China e, de repente, uma concorrência que nunca existiu. Isso é extraordinariamente promissor. Porém, a mineração de terras raras é incrivelmente prejudicial ao meio ambiente, e causa um escoamento extremamente poluente, e isso é um desafio. Portanto, agora o Brasil tem uma oportunidade de inovar, de desenvolver métodos mais sustentáveis para a mineração de terras raras. A oportunidade é enorme e seria fascinante ver esta parceria aos poucos, ou talvez rapidamente, desbancar o domínio que a China teve durante tanto tempo.

A América Latina é uma região onde existe muita influência das tecnologias tanto dos Estados Unidos quanto da China. Como a sra. vê o papel geopolítico dessa região diante dessa tensão geopolítica entre Estados Unidos e China?

A América Latina depende de empresas chinesas como a Huawei para a sua infraestrutura de conexão. E isso continuará a ser um problema. Novas parcerias estão se formando, e a China tem dominado não apenas a América Latina, mas também a África. Como no continente africano, alguns países da América Latina fazem parte da política 'Um Cinturão, Uma Rota', onde a China investe em infraestruturas, estradas, pontes, telecomunicações, utilizando empresas para ajudar. Existe uma espécie de programa de reembolso dos empréstimos, o que até agora a maioria dos países não foi capaz de pagar. Portanto, essa dependência cria um problema a longo prazo.

Muitos especialistas acreditam que estejamos caminhando para uma bolha de IA semelhante à do ponto.com no início dos anos 2000; e outros, que estejamos caminhando para um inverno da IA como o das décadas de 1970 e 1980, considerando os altos investimentos e as incertezas quanto aos custos e ao retorno do capital investido. A sra. concorda com essas previsões?

Em termos de estarmos caminhando para um inverno da IA, como aconteceu nos anos 1980, isso foi causado por outra conjuntura. Naquela época, o financiamento para a IA era majoritariamente liderado pelo governo, e o inverno da IA foi precipitado pela saída de investimentos do governo britânico. E não vamos esquecer de que estávamos no auge da Guerra Fria, e foram feitas algumas promessas ao governo dos EUA de tecnologia para a tradução simultânea do inglês para o russo, e do russo para o inglês. Na época, não havia muitos estudos de caso para a IA, estávamos no início. Assim, não vejo um inverno de IA acontecendo agora, porque existem muitas aplicações para a IA atualmente. O que me preocupa é se a comunidade de investidores terá paciência. Custa caro investir nesse tipo de pesquisa, refinar os dados, construir data centers. Há muitos custos de infraestrutura, e os investidores normalmente não gostam de investir em infraestrutura porque querem algo que dê lucro. A certa altura, os investidores vão querer o retorno, e esse retorno não virá por um tempo. Dito isso, há tanto capital investido em IA hoje em dia, que todos nós precisamos que essas tecnologias tenham sucesso, caso contrário teremos outro colapso financeiro como o de 2008. E por isso espero que os investidores tenham paciência, e que essas empresas parem de contrair dívidas desnecessárias.

Continuação: IA: Temos uma supertempestade acontecendo, que desafia os negócios, diz a futurista Amy Webb

Inteligência artificial é um termo abrangente cunhado pela primeira vez em 1956 com diversos subcampos como robótica, aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural, para citar alguns. Embora as tecnologias de IA tenham sido utilizadas durante décadas, o surgimento da IA generativa popularizou o termo e, para a população em geral, IA é agora IA generativa. Por outro lado, alguns termos que usávamos há alguns anos, como algoritmos, aprendizado de máquina, internet das coisas, têm sido cada vez menos usados. A sra. acha problemático esse movimento reducionista em torno do termo IA?

É problemático pelo que representa. As pessoas estão usando ferramentas sem entender como funcionam, mas também sem desenvolver as habilidades de que precisam primeiro. Posso fazer uma analogia. Minha filha é escoteira. Parte de se tornar uma escoteira é aprender a interpretar um mapa físico. Você tem de aprender a se orientar. Você tem de aprender a medir. Se você aprender a fazer todas essas coisas, isso exigirá raciocínio, experiência e uso do seu corpo. Se o GPS parar de funcionar, todos os satélites morrerem, minha filha ficará bem. Ela será capaz de chegar a qualquer lugar que preci-

sar. Não conheço muitas pessoas de quem eu possa dizer isso, sejam eles adultos ou adolescentes. E este é o ponto com a IA. Estamos falando de IA agora como um termo genérico para tudo. E o problema é que, quanto mais as pessoas se tornarem dependentes dessas ferramentas, menos desenvolverão essas competências importantes de que necessitam, como seres humanos. E tudo bem até que algo dê errado. Como recentemente, quando os servidores da AWS caíram, eu vi várias postagens dizendo: 'Estou no meio do meu trabalho. Não consigo terminar', ou 'Não sei o que fazer'. Minha filha, de certa forma, é uma representante do que eu esperava que mais pessoas fossem. Na minha casa temos robôs, ela tem acesso antecipado a várias tecnologias, mas ela também tem habilidades para sustentar tudo isso. E acho que isso é algo importante a se pensar daqui para frente.

Brasil se torna o oitavo maior mercado de música global



A indústria global da música voltou a crescer em 2025, atingindo US\$ 31,7 bilhões (cerca de R\$ 164,84 bilhões) em receita, alcançando uma alta de 6,4% e o 11º ano consecutivo de expansão, segundo relatório apresentado pela Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI, na sigla em inglês) nesta quarta-feira (18).

Executivos das maiores gravadoras destacaram que o avanço reflete a combinação entre streaming pago, internacionalização do consumo e novos modelos tecnológicos.

O principal motor segue sendo o streaming por assinatura, que já soma 837 milhões de usuários no mundo. Para Dennis Kooker, presidente de negócios digitais globais e dos EUA da Sony Music Entertainment, o crescimento está diretamente ligado à disposição do público em pagar por música. "Quando o consumidor abre a carteira, esse é o sinal mais forte de valor", afirmou.

O relatório também aponta uma mudança no mapa global da música. A China tornou-se o quarto maior mercado do mundo, enquanto México entrou no top 10 e o Brasil ocupa agora a oitava posição. A América Latina, aliás, é a região que mais cresce, seguida da África Subsaariana e da união entre Oriente Médio e Norte da África.

Esse avanço acompanha uma transformação cultural, que mostra que a música deixou de ter fronteiras claras. Artistas que cantam fora do inglês ganham protagonismo global, como o porto-rique-

nho Bad Bunny, citado como símbolo dessa mudança após conquistas recentes em premiações internacionais. "A música não precisa de passaporte", disse Victoria Oakley, CEO da IFPI.

O CEO e presidente da Universal Music México, Alfredo Delgadillo, disse que isso vem de uma tendência cada vez maior das gravadoras apoiarem a narrativa de um artista local e como essa ideia pode conversar com pessoas ao redor do mundo. Como consequência, novas estruturas locais de música ganham espaço.

Kooker usou também de exemplo a artista Rosalía, que no ano passado lançou seu disco "Lux", um "disco cultural comovente", segundo o presidente. Para ele, esse é mais um exemplo de como a parceria entre artistas e gravadoras vem se fortalecendo e abrindo portas para as visões de um cantor e entendendo quem é o seu público.

Outro vetor destacado na conferência foi a ascensão dos chamados "superfãs", que passaram de consumidores passivos a agentes ativos de promoção. Segundo Samira Leitmannstetter, vice-presidente de marketing regional da Europa, Oriente Médio e África da Warner Music Group, comunidades digitais amplificam artistas globalmente e ajudam a transformar sucessos locais em fenômenos internacionais.

Ao mesmo tempo, formatos tradicionais voltam a ganhar espaço. A venda de mídia física cresceu novamente, puxada pelo vinil, que registra quase duas décadas consecutivas de alta. O movimento é atribuído à busca por experiências mais tangíveis e ao engajamento mais profundo dos fãs com os artistas.

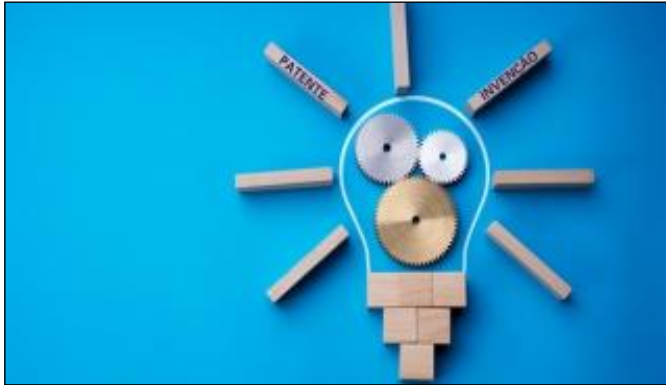
A inteligência artificial apareceu como um dos temas centrais do encontro. Executivos destacaram o avanço de acordos entre gravadoras e empresas de tecnologia para uso licenciado de músicas em sistemas generativos. A aposta do setor é que a IA amplie formas de criação e conexão com o público, desde que respeite **direitos autorais**.

Por outro lado, cresce a preocupação com fraudes no streaming, prática em que conteúdos falsos

geram reproduções artificiais para desviar receitas. Para Oakley, trata-se de "roubo, simples assim". O desafio, segundo ela, será equilibrar **inovação tecnológica** com regulação e proteção aos artistas - ponto visto como decisivo para sustentar o cresci-

mento nos próximos anos.

Decisões interferem na soberania em disputas sobre patentes



Mecanismos adquirem especial relevância no campo das patentes necessárias à implementação de normas técnicas privadas, as chamadas SEPs

Opinião Interferência das anti-suit injunctions e interim licenses na soberania em disputas sobre patentes

Até que ponto pode um Estado, por meio de uma decisão judicial, impedir - ou tentar impedir - o exercício da jurisdição de outro Estado? A questão, que à primeira vista poderia parecer abstrata, revela-se concreta em dois mecanismos que vêm ganhando relevo no contencioso transnacional: as anti-suit injunctions e as interim licenses. Embora assumam formas distintas, ambas produzem resultado semelhante: projetam, para além do território do Estado em que são proferidas, efeitos destinados a condicionar ou restringir o exercício da jurisdição estrangeira. Em outras palavras, constituem medidas de interferência jurisdicional indireta na atuação de estados soberanos.

Reprodução

Esses mecanismos adquirem especial relevância no campo das patentes necessárias à implementação de normas técnicas privadas, as chamadas standard essential patents (SEPs). Trata-se de patentes que recaem sobre tecnologias indispensáveis à observância de determinados padrões técnicos, como os que viabilizam o funcionamento de redes 4G e 5G, Wi-Fi, Bluetooth, entre outros sistemas de interoperabilidade. Esses padrões não se confundem com normas estatais: são especificações técnicas elaboradas por organismos de padronização, voltadas a

assegurar compatibilidade entre produtos e a permitir a integração de mercados em escala global.

Quando uma tecnologia patenteada é incorporada a um padrão, sua utilização deixa de ser meramente facultativa para os fabricantes que desejam atuar naquele mercado e passa a constituir requisito técnico de acesso. É nesse cenário que surge o compromisso de licenciamento em termos Frand (fair, reasonable and non-discriminatory), pelo qual o titular da SEP se obriga a oferecer licenças em condições justas, razoáveis e não discriminatórias.

Apesar de, em regra, favorecer soluções consensuais, o regime Frand não elimina controvérsias. Por vezes, surgem disputas quanto à efetiva obrigatoriedade da patente para a implementação do padrão técnico privado, ao caráter justo e razoável dos royalties e à própria conduta das partes na negociação. É nesse cenário em que, ocasionalmente, o implementador explora a tecnologia sem licença e sem pagar royalties, seja porque decide deliberadamente ignorar a necessidade de autorização para a exploração, seja porque prolonga indevidamente as tratativas para adiar o acordo.

Do ponto de vista jurídico, o uso não autorizado de uma SEP configura violação de patente, sujeitando o infrator às medidas inibitórias e reparatorias cabíveis. O fato de a patente ser necessária a um padrão técnico não reduz sua proteção nem autoriza o uso sem licença. O compromisso Frand apenas impõe ao titular o dever de licenciar em condições justas, razoáveis e não discriminatórias.

É nesse cenário de conflito em torno do uso não autorizado da tecnologia que emergem estratégias processuais voltadas a conter, deslocar ou esvaziar o litígio, como as anti-suit injunctions e, mais recentemente, as interim licenses. São medidas requeridas em determinados foros para impedir, por via indireta, o avanço de ações de infração em outras jurisdições.

Uma anti-suit injunction trata-se de ordem judicial que determina que uma das partes não inicie ou não prossiga com ação em jurisdição diversa, sob pena

de severas sanções financeiras. Embora formalmente dirigida à parte - e não propriamente ao juízo estrangeiro -, a medida repercute diretamente sobre a atuação da autoridade jurisdicional do outro Estado.

Ao obstar o acesso da parte a um foro que detém jurisdição para julgar a causa, a anti-suit injunction comprime, de modo indireto, o exercício da jurisdição pelo foro estrangeiro e projeta, de forma extraterritorial, a autoridade de um sistema jurídico sobre outro.

Uma interim license declaration guarda semelhança com a anti-suit injunction, distinguindo-se, porém, pelo fato de ser precedida de uma decisão judicial que impõe ao titular da patente e ao implementador da norma técnica a submissão provisória aos termos de uma licença temporária. A decisão determina, ainda, que o titular da patente se abstenha de ajuizar ou prosseguir com ações judiciais de infração em outras jurisdições contra aquele mesmo implementador, até que o contrato de licença definitiva seja concluído. As implicações extraterritoriais das interim license declarations preocupam tanto quanto as anti-suit injunctions.

Spacca

Na prática, essas decisões com efeitos extraterritoriais operam como um ataque direto ao Brasil ao subordinar a jurisdição brasileira a ordens estrangeiras e esvaziar, por via oblíqua, a competência exclusiva dos tribunais nacionais para decidir sobre validade, infração e remédios ligados a patentes brasileiras. É uma intervenção extraterritorial que viola a soberania do Estado brasileiro e enfraquece a tutela jurisdicional interna.

Além disso, tais medidas operam como instrumentos de neutralização da lógica territorial que sustenta o regime internacional de **propriedade industrial**, violando o princípio da territorialidade previsto na Convenção de Paris (artigo 4bis) e no Acordo Trips (artigo 1.1). Com efeito, ao impedir que o titular da patente litigue nos países em que detém títulos válidos e onde a infração se verifica, a anti-suit injunction e a interim license tensionam a estrutura descentralizada do sistema. A um só tempo, são violados dois pilares fundamentais do Direito Internacional das Patentes: a territorialidade e a independência absoluta dos títulos.

Quando uma jurisdição impede que ações relativas a patentes vigentes em outros Estados prossigam

perante seus respectivos tribunais, o resultado é a compressão da soberania alheia. Atribui-se tratamento unitário a direitos que, por definição, são autônomos e territorialmente delimitados. Com isso, a fragmentação - que constitui opção estrutural e deliberada do sistema internacional de patentes - passa

a ser tratada como se fosse uma disfunção a ser superada. A decisão judicial, dotada de pretensão extraterritorial, converte-se, então, em instrumento de reconfiguração prática da arquitetura descentralizada que o próprio sistema instituiu.

É justamente nesse ponto que se revela a dimensão mais sensível do problema para o Brasil

O modelo brasileiro de jurisdição parte da premissa de que a existência de ações paralelas no exterior não impede o exercício da jurisdição nacional. Tanto é assim que o ordenamento não reconhece a litispendência internacional. Em outras palavras, o sistema jurídico brasileiro reconhece a coexistência de processos como consequência inevitável da territorialidade dos direitos, não apenas no campo das patentes, mas como princípio estruturante do direito internacional.

Assim, enquanto o Brasil respeita a autonomia jurisdicional de outros Estados e não dispõe de mecanismo para impedir que partes litiguem no exterior paralelamente ao litígio que iniciem em território nacional, sua própria jurisdição é esvaziada por ordens estrangeiras que compelem a parte a não demandar perante os tribunais brasileiros.

A assimetria é evidente. O país não interfere na jurisdição de outros estados, mas é alvo de interferência de autoridade estrangeira, por via oblíqua. Em disputas envolvendo ativos tecnológicos estratégicos e mercados bilionários, essa interferência deixa de ser mero detalhe processual e se transforma em questão institucional relevante. Se o Brasil não refletir sobre esse movimento, corre o risco de ver sua jurisdição comprimida justamente nos setores mais estratégicos da economia contemporânea.

Nadia De AraujoLidia Spitz

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1,2,3,7,12,13
Entidades	4,5,6
Inovação	8,9,10,11
Marco regulatório INPI	4,5,6
Propriedade Industrial	14,15
Propriedade Intelectual	8,9,10,11